



TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de placas de sinalização viária para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria.

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria

Marau, 08 de maio de 2026.



1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s): A solicitação desta contratação parte da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria.

1.2. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações: Os objetos da presente contratação estão previstos no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026. Ademais, tratando-se de Registro de Preços, suas despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas a cada ordem de entrega emitida.

1.3. A quantidade estimada é meramente indicativa, não existindo obrigatoriedade de contratação por parte do município.

1.4. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Licitação o Registro de Preços, visando futuras *aquisições de placas de sinalização viária para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria*.

2.2. O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para contratação no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado, constituindo uma mera estimativa.

Item	UN	Qtd.	Código	Descrição do Produto/Serviço
1	M²	1000	001.092.002	Película refletiva prismática do tipo I conforme norma ABNT NBR 14.644/2016.
2	UN	1000	006.002.153	Placa com sinalização de REGULAMENTAÇÃO montada em chapa circular galvanizada a fogo de 1,25mm X 0,50 X 0,50 com 2 furos e 9mm entre eles 40cm. Adesivada com película refletiva prismática tipo I conforme norma ABNT NBR 14.644/2013, fixada em cano galvanizado a fogo de 3.000 X 63 X 1,95mm com aleta anti-giro soldada na parte inferior, com furos de 9mm entre eles 40cm, possuindo tampa plástica e 2 parafusos com polca e arruelas.
3	UN	500	001.048.008	Placa com sinalização INDICATIVA montada em chapa



				galvanizada a fogo de 1,25mm X 1.000 X 1.500 com 6 furos de 9 mm. Entre eles 40cm nas duas pontas e no meio. Adesivada com película refletiva prismática tipo I conforme norma ABNT NBR 14.644/2013, fixada em cano galvanizado a fogo de 3.000 X 63 X 1,95mm com aleta anti-giro soldada na parte inferior, com furos de 9mm entre eles 40cm, possuindo tampa plástica e 2 parafusos com polca e arruelas.
4	UN	1000	006.002.155	Placa de sinalização de ADVERTÊNCIA montada em chapa quadrada galvanizada a fogo de 1,25mm X 0,60 X 0,60 com 2 furos de 9mm entre eles 40cm. Adesivada com película refletiva prismática tipo I conforme norma ABNT NBR 14.644/2013, fixada em cano galvanizado a fogo de 3.000 X 63 X 1,95mm com aleta anti-giro soldada na parte inferior, com furos de 9mm entre eles 40cm, possuindo tampa plástica e 2 parafusos com polca e arruelas.
5	UN	1000	006.002.154	Placa R1 (PARE) montada em chapa octagonal galvanizada a fogo de 1,25mm X 0,60 X 0,60 com dois furos de 9mm entre eles 40 cm. Adesivada com película refletiva prismática tipo I conforme norma ABNT NBR 14.644/2013, fixada em cano galvanizado a fogo de 3.000 X 63 X 1,95mm com aleta anti-giro soldada na parte inferior, com furos de 9mm entre eles 40cm, possuindo tampa plástica e 2 parafusos com polca e arruelas.

2.3. Da classificação/natureza do objeto: O objeto desta contratação se enquadra na descrição de produtos comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

2.4. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

2.4.1. A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

2.4.1.1. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.



2.4.1.2. Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

2.4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

2.4.3. Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conforme descrito na Lei Municipal nº 6.345, de 02 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a Estrutura, Organização e Funcionamento do Poder Executivo Municipal de Marau/RS, são atribuições da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria, dentre outras:

Art. 18. Manutenção, conservação, serviços de pintura e limpeza de parques, jardins e cemitérios municipais, ruas e logradouros públicos, coleta seletiva de lixo e resíduos; oficinas de manutenção de máquinas e viaturas; coordenação e administração do transporte coletivo urbano; planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e ciclistas; implantar e manter sistema de sinalização, controle viário e iluminação pública.

Além disso, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria exerce a função de órgão executivo de trânsito, nos termos da Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, sendo responsável por coordenar as ações relacionadas à circulação viária no âmbito municipal.

Enquanto órgão executivo de trânsito, compete à Secretaria, dentre diversas atribuições:

Art. 21. Compete à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria, com relação ao órgão executivo de trânsito, no âmbito da circunscrição municipal:

*I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;*

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

[...]



O sistema de sinalização é elemento essencial para a organização do trânsito, pois garante fluidez ao tráfego, orienta adequadamente condutores e pedestres e reforça a segurança viária. Sua manutenção constante também é indispensável para prevenir acidentes e assegurar um trânsito mais eficiente e ordenado.

Atualmente, verifica-se um número expressivo de sinalizações danificadas, desgastadas, ilegíveis ou completamente ausentes em diversos trechos da malha viária municipal. A falta de visibilidade adequada ou a inexistência de sinalização pode comprometer a interpretação correta das regras de circulação, ampliando o risco de acidentes, conflitos de tráfego e transtornos à mobilidade urbana. Além disso, situações provocadas por intempéries, atos de vandalismo, colisões, desgaste natural e envelhecimento dos materiais tornam indispensável sua reposição contínua.

Somam-se a isso as demandas decorrentes da expansão urbana, com a abertura de novos loteamentos, criação de acessos e alterações viárias no geral, que exigem implantação de novas sinalizações, conforme padrões estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

Para manter o ordenamento viário e garantir a continuidade dos serviços prestados, o Poder Público Municipal realiza anualmente processos licitatórios destinados à aquisição de materiais, produtos, equipamentos e insumos indispensáveis às atividades da Secretaria

Entre os processos recentes voltados à manutenção e expansão do sistema viário municipal, destacam-se:

- **Pregão Eletrônico nº 39/2023 – Registro de Preços nº 24/2023: Aquisição e instalação de placas de trânsito destinados à sinalização viária.**
- *Pregão Eletrônico nº 20/2025 – Registro de Preços nº 13/2025: Aquisição de tintas e materiais destinados à sinalização viária.*
- *Pregão Eletrônico nº 32/2025: Aquisição de maquinário para demarcação viária.*

Com exceção do **PE nº 32/2025**, destinado à aquisição imediata de maquinário, os demais processos resultaram na formalização de Atas de Registro de Preços com vigência de 12 (doze) meses, permitindo adequado planejamento e atendimento célere e eficiente das demandas durante todo o período de validade, evitando atrasos, desabastecimento e múltiplas licitações.



Nesse contexto, destaca-se que a **Ata de Registro de Preços 24/2023**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 39/2023**, responsável pelo *fornecimento e instalação de placas de sinalização viária*, encontra-se encerrada, inexistindo atualmente instrumento contratual vigente que possibilite o fornecimento dos materiais necessários à manutenção e ampliação do sistema de sinalização viária do Município.

Diante da permanência da necessidade administrativa, foi publicado o **Pregão Eletrônico nº 02/2026 – Registro de Preços nº 02/2026**, destinado à *aquisição de placas de sinalização viária*. Contudo, o referido procedimento restou **ANULADO** com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, tornando necessária a realização de novo planejamento da contratação.

Dessa forma, diante do exposto, o presente Termo de Referência (TR) resulta da decisão adequada ao atendimento das necessidades da Administração, observando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e legais, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e interesse público.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a republicação de processo licitatório para futuras *aquisições de placas de sinalização viária para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria*.

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de placas de sinalização viária para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria, bem como sua classificação como bem comum e a existência de diversos fornecedores aptos no mercado, entende-se que a contratação deva ocorrer por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, assegurando ampla competitividade, isonomia, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Levando em consideração experiências anteriores do Município em contratações destinadas ao fornecimento de materiais de sinalização viária, bem como a necessidade de aquisições parceladas e conforme as demandas operacionais da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria, conclui-se que a solução mais adequada é a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.



O Sistema de Registro de Preços permite à Administração realizar aquisições conforme a necessidade efetiva, evitando compras em excesso, reduzindo desperdícios e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Além disso, confere maior flexibilidade administrativa, possibilitando o atendimento célere das demandas relacionadas à implantação, manutenção e substituição da sinalização viária municipal, sem a necessidade de instauração de novos processos licitatórios a cada demanda identificada.

Outro fator que reforça a escolha é que a adoção do Sistema de Registro de Preços evita a necessidade de realização de novos certames sempre que surgir demanda pelos materiais aqui listados, demonstrando observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento administrativo, além da possibilidade de eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente.

Quanto ao prazo de vigência da ata de registro de preços seguirá o disposto no artigo 84 da lei 14.133/2021 e terá vigência de 12 meses podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Ademais, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

A renovação dos quantitativos registrados, desde que comprovada a vantajosidade, oferece à Administração maior flexibilidade e agilidade no atendimento de demandas que se estendam por períodos superiores a 12 (doze) meses. Essa medida promove a economicidade e a eficiência administrativa ao reduzir custos operacionais, evitando a realização de novos processos licitatórios com a mesma finalidade.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da subcontratação

5.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo a empresa contratada fornecer e entregar diretamente os produtos, mantendo integral responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração, inclusive aquelas decorrentes da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela derivados.

5.2. Dos critérios de sustentabilidade

5.2.1. Embora se trate de uma contratação comum, os potenciais riscos ambientais associados



ao processo produtivo das placas de sinalização devem ser considerados. As empresas fornecedoras devem observar práticas adequadas de mitigação de impactos, bem como cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, incluindo resoluções e normas específicas que regem a atividade.

Por outro lado, no momento do recebimento e da instalação das placas, são gerados principalmente resíduos de embalagens e, eventualmente, pequenas quantidades de resíduos decorrentes de serviços de instalação. Nesses casos, o Município, enquanto responsável pela execução da instalação, deve realizar a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, observando as diretrizes legais pertinentes e adotando práticas que promovam a sustentabilidade.

Ademais, destaca-se que os produtos a serem adquiridos devem atender às exigências ambientais e às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas previstas nas normas ABNT NBR. Tal observância assegura a aquisição de materiais de melhor qualidade, padronizados e com maior durabilidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e contribuindo para o uso eficiente dos recursos públicos.

5.3. Especificação da garantia dos produtos

5.3.1. A garantia legal seguirá o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Das condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura da ata, os licitantes deverão estar aptos a receber pedidos de entrega, observadas as condições e prazos estabelecidos **no item 6.2.** do presente Termo de Referência.

6.1.3. Os prazos estabelecidos no item 6.2. poderão ser prorrogados uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

6.1.4. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital. Neste caso, o licitante fica obrigado a corrigir as irregularidades, no prazo máximo de **03 (três) dias consecutivos**, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.



6.1.5. No caso de descumprimento dos prazos determinados para a fiel execução do objeto desta contratação, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

6.1.6. A Licitante deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

6.2. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. A Contratada será responsável pela fabricação e entrega dos produtos conforme condições e requisitos constantes no quadro do tópico 2 e demais disposições do presente Termo de Referência e Edital.

6.2.1.1. Todos os produtos deverão atender integralmente às padronizações técnicas e requisitos de qualidade previstos neste Termo de Referência, nos **Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)** e nas normas ABNT NBR aplicáveis.

6.2.1.2. Os quantitativos e os sinais/tipos de placas a serem fornecidos serão informados pela Secretaria Solicitante no momento da emissão da ordem de entrega, devendo a Contratada realizar a entrega no prazo máximo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da data de sua emissão.

6.2.1.3. A instalação das placas ficará sob a responsabilidade do Município.

6.2.2. Os produtos deverão ser entregues e descarregados no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Marau, situado na Avenida Júlio Borella, nº 2509, Bairro São Cristóvão, Marau/RS, durante os dias e horários de expediente da Prefeitura, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, momento em que servidor responsável conferirá quanto à conformidade com o Termo de Referência e Edital.

6.2.3. Para todas as entregas serão avaliadas as condições e especificações dos produtos. Produtos trincados, quebrados, fora de padrão, em quantidade incorreta ou com dimensões e especificações divergentes daquelas solicitadas, serão recusados, cabendo à Contratada providenciar a substituição imediata sem ônus adicional ao Município.

6.2.4. Os valores propostos deverão ser considerados completos e suficientes para o fornecimento integral dos produtos e alcance dos resultados pretendidos, sendo desconsiderada quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

6.2.5. Todos os custos referentes a entrega dos produtos são de responsabilidade da Contratada a qual também deverá descarregar e armazenar os produtos em local indicado pelo fiscal ou servidor designado para tal, comprometendo-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência e no



Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.2.7. Todos os custos relacionados ao objeto da presente contratação serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, comprometendo-se, ainda, a responder integralmente por eventuais danos causados ao patrimônio público, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.8. Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços ora contratados, serão da exclusiva responsabilidade do Contratado, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa da despesa foi realizada em conformidade com o art. 23 e com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021, observada a metodologia constante nos autos do processo.

7.2. Para a presente contratação, optou-se pela adoção de **orçamento sigiloso**, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.3. A não divulgação prévia do valor estimado da contratação tem por finalidade incentivar a apresentação de propostas mais competitivas, compatíveis com os preços praticados no mercado, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Das orientações gerais da fiscalização

8.1.1. A Ata de Registro de Preços, o contrato ou o documento equivalente deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições do Edital, deste Termo de Referência e demais anexos, observada a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à fiscalização da execução contratual.

8.2. Dos responsáveis pela fiscalização

8.2.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Gestor do contrato: Nelci Silvestri;

Fiscal administrativo: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.



Fiscal administrativo suplente: o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

8.2.2. O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

8.2.3. O e-mail indicado pela contratada em sua proposta, declaração de endereço eletrônico ou documento equivalente será considerado o principal meio de comunicação entre a fiscalização e a empresa

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O Fiscal da Ata de Registro de preços fará recebimento dos produtos nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei 14.133/21, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, o Fiscal receberá os produtos, para efeito de verificação da conformidade do mesmo com o solicitado no Termo de Referência e Edital;

b) Definitivamente, o Fiscal, fará o recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento provisório e após a verificação da qualidade e características dos produtos entregues, e consequente aceitação.

c) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o fiscal informará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

9.2. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante, por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado com base no (s) preço (s) unitário (s), multiplicado (s) pela quantidade efetivamente entregue e comprovada.

10.2. O pagamento será efetuado em até 15(quinze) dias úteis após a entrega dos produtos, a contar do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

10.3. O licitante deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



10.4. O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

10.5. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.5.1. Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

10.6. Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante.

10.7. O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

10.8. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.9. O pagamento ao licitante, pela entrega dos produtos, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

10.10. O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

10.11. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que



o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

10.12. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

10.13. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

11.2. Das exigências da habilitação

11.2.1. Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

11.3. Documentos relativos à habilitação jurídica

11.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

11.3.2. Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;



11.3.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.6. Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista

11.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

11.4.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

11.4.4. Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.4.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.5. Documentos relativos à habilitação técnica

11.5.1. Atestado de capacidade operacional da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que entregou, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.

11.5.1.1. Havendo dúvida quanto à veracidade, autenticidade, autoria, integridade ou conteúdo dos documentos apresentados para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, especialmente quando se tratar de documentos meramente digitalizados ou escaneados, contendo assinaturas manuscritas e desacompanhados de certificação eletrônica, meio de validação ou outro elemento idôneo de confirmação, caberá ao Pregoeiro promover diligência destinada à verificação do documento e das informações nele constantes.

11.5.1.2. Para fins da diligência prevista no item anterior, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a apresentação de notas fiscais e/ou contratos relacionados ao objeto indicado no



documento apresentado, bem como realizar diligência diretamente junto ao órgão, entidade ou pessoa jurídica emissora do documento, com a finalidade de confirmar sua autoria, autenticidade, conteúdo, a relação jurídica, a efetiva execução do objeto e a pertinência da comprovação da qualificação técnica-operacional e/ou técnico-profissional.

11.6. Documentos relativos à qualificação econômica

11.6.1. Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.6.2. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.7. Outros documentos de habilitação (declarações)

11.7.1. As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

11.7.2. Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

11.7.3. Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

11.7.4. Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

11.7.5. Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

11.8.1. O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP),



deverá apresentar a certidão constante no item 11.3.6. do Termo de Referência.

11.8.1.1. Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 11.3.6. deste Termo de Referência, será declarado inabilitado.

11.8.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.8.3. O licitante que se enquadra nos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Processo licitatório, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

11.8.3.1. A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO, VALIDADE, AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E DOS DOCUMENTOS DA MATRIZ E FILIAL

12.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

12.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ



do licitante. **Se o licitante for a matriz**, todos os documentos **deverão estar em nome da matriz**, e **se o licitante for a filial**, todos os documentos **deverão estar em nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.2.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz ou da filial da pessoa jurídica licitante, desde que demonstrado que pertencem à mesma pessoa jurídica, observada a pertinência do objeto atestado com o objeto licitado e sem prejuízo da realização de diligências pelo Pregoeiro para confirmação da autenticidade, da autoria, do conteúdo e da efetiva execução dos serviços.

12.3. Os documentos elaborados pelo próprio licitante, inclusive proposta, declarações, procurações, termos e demais documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência e Edital, deverão ser apresentados, **preferencialmente**, com assinatura eletrônica do representante legal ou procurador do licitante, observada a Lei Federal nº 14.063/2020.

12.4. Considerando a natureza dos atestados de capacidade técnica-operacional, declarações, certidões ou documentos equivalentes destinados à comprovação da qualificação técnica do licitante, e a inexistência de prazo legal de validade, será admitida a apresentação desses documentos assinados manualmente e digitalizados.

12.5. Os documentos emitidos por órgãos ou entidades públicas, bem como por pessoas jurídicas de direito público, poderão ser aceitos quando apresentados com assinatura manual da autoridade ou servidor competente, desde que contenham elementos suficientes para identificação do emitente, do responsável pela emissão e do conteúdo certificado, sem prejuízo da possibilidade de realização de diligência para verificação de sua autenticidade.

12.6. Nenhum licitante será inabilitado exclusivamente em razão da forma de assinatura constante dos documentos apresentados para fins de habilitação, quando houver possibilidade de verificação de sua veracidade, autoria, autenticidade, conteúdo e pertinência. Nesses casos, deverão ser oportunizados os meios cabíveis de comprovação, inclusive mediante diligência do Pregoeiro, em observância aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.7. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.



12.8. Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.9. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no Edital.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520, e pelo e-mail licitacoes@marau.rs.gov.br ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 08 de maio de 2026.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria.

Rodolfo Bebber
Responsável pela elaboração do Termo de Referência – TR.